

AFROS & AMAZÔNICOS



A CHAPADA DIAMANTINA COMO ESPAÇO DE CONTENDA: REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS NO CORDEL *HORÁCIO DE MATOS, HERÓI DA CHAPADA DIAMANTINA*, DE ANTONIO ALVES DA SILVA

Chapada Diamantina as a Space of Conflict: Representations and Discourses in "Cordel" (regional literature) Horácio de Matos, Hero of Chapada Diamantina, by Antonio Alves da Silva

Fernando da Silva Monteiro*

William de Lima Maia**

Resumo: O presente artigo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, apresenta um panorama das bases históricas e culturais do cordel, bem como sua chegada e fixação em terras brasileiras, a partir da região Nordeste. Discute o cordel *Horácio de Matos, herói da Chapada Diamantina*, de Antonio Alves da Silva (2005), relacionando a obra aos pressupostos teóricos da representação da região e do homem nordestino, presentes nas obras do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a partir da perspectiva de análise foucaultiana para se pensar o poder, suas relações, representações, e discursos regionais, como constitutivos de identidades essencializadas, estabelecidas pelos grupos sociais hegemônicos. E, por fim, compara a construção da imagem do coronel Horácio de Matos com a que forjou uma identidade de Nordeste como lugar do atraso, em oposição ao Sul desenvolvido.

Palavras chave: Nordeste; Nordestino; Cordel; Poder; Discursos; Representações.

Introdução

A compreensão deste artigo se propõe a expandir as possíveis configurações acerca da região da Chapada Diamantina, como espaço de discursos e contendas, retratados na literatura de cordel, intitulada *Horácio de Matos, herói da Chapada Diamantina*, do autor Antonio Alves da Silva (2005). Considera como essas relações de poder e espaços regionais forjaram a imagem do “cabra valente”, e do “coronel”, no coração do estado da Bahia, na Chapada Diamantina, nos primórdios do século XX.

* Professor substituto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduado em Letras Vernáculas pela UNEB (2008). Mestre em Letras pela UNEB (2015). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (UNEB/UFBA).

** Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciado em Letras pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Para discutir o processo que retroalimentou o imaginário da microrregião, buscaremos apoio na obra *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2011), escrita pelo professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, acerca da representação da região nordestina, constituída como um dos principais momentos de recusa da modernidade do país, cuja discussão versa sobre os conteúdos e modalidades das bases culturais e sociais que levaram ao surgimento da região nos primeiros anos do século XX, em substituição a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul.

Trata-se de um estudo sobre a temática do preconceito em relação às pessoas de lugares “acima” do Sul e Sudeste e que eram classificadas como “nortistas”, e cujo intuito é aprofundar a construção discursiva e cultural em torno da figura do homem do nordeste e suas relações de poder, representados na literatura de cordel, ainda dos dias atuais, a saber: “cabra macho”,



“cabra da peste”, símbolo da virilidade e da força, “valentão”, entre outros. Este artigo se propõe, igualmente, a buscar apoio na obra, *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*, publicada em 2013, pelo professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a partir de uma rigorosa pesquisa em jornais impressos, textos históricos e memorialistas, romances, artigos e obras clássicas de autores como, entre outros, Gilberto Freyre, Luiz da Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda e Euclides da Cunha, com a intenção de desconstruir a imagem do homem local, desenhada e redesenhada por uma extensa produção cultural e intelectual desde o começo do século XX.

O autor, atento à problemática envolvendo as disputas de poder na região, propõe argumentos para discutir a história do sexo masculino, atravessar as relações de gênero, e as discriminações entre as classes sociais para atingir, finalmente, o cerne da formação dos donos do poder no Brasil. Albuquerque Júnior (2011) retrata as violentas disputas voltadas a transformar o poder em bem privado, explicitadas no cordel de Antonio Alves Silva (2005), e não poupa esforços na composição do seu texto: esmiúça obras clássicas, jornais, questiona a antropologia, a sociologia e a história, indaga sobre a moda, a religião e a ciência para, progressivamente, descobrir como foi possível inventar a figura do “macho nordestino” e, ainda, transformá-lo numa realidade natural, um destino, uma condição e um fardo. O autor mostra-se rigoroso na análise dos enunciados regionalistas que concorrem para a emergência da ideias de Nordeste e da figura do nordestino, desde os temas da seca e da crise da lavoura, ao Movimento Regionalista e Tradicionalista – encabeçado por Gilberto Freyre – e pela literatura de cordel, sem todavia, ignorar a presença do discurso eugenista de cunho evolucionista, na configuração e construção local, enquanto recorte regional, e do nordestino, enquanto termo para nomear os habitantes de uma

área inicialmente compreendida entre os estados de Alagoas e Ceará e às vezes aplicado, com menos frequência, para nomear também os habitantes do Piauí e do Maranhão.

Segundo Albuquerque Júnior (2011, p. 164), a elaboração da figura do nordestino vai se dar “pelo cruzamento de conceitos, temas e enunciados vinculados à formação discursiva naturalista, com conceitos, temas e enunciados vinculados à formação discursiva nacional-popular de matriz culturalista”. De maneira a apontar como o processo de construção identitária nordestina é historicamente construída a partir de uma “reação viril” diante da passividade da região; de maneira que a representação do nordestino que emerge está voltada para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal em desaparecimento, em detrimento de uma sociedade “matriarcal”, efeminada. E, por fim, denuncia como a “figura do nordestino ao ser gestada, nos anos vinte, vai agenciar toda uma galeria de tipos regionais ou tipos sociais marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional, e, acima de tudo, desenhados com apanágios masculinos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 227).

Em relação à proposta norteadora para discutir as questões atreladas ao poder, este artigo propõe algumas das considerações apresentadas por Foucault (2002), que ao romper com as concepções clássicas do termo, em si mesmo, o definiu a partir de uma rede de relações onde todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a estas relações. Ao mesmo tempo em que considera que o exercício da análise envolvendo as representações majoritárias que definem e normatizam alguns dos elementos culturais nordestinos, parte da premissa de que o processo de formação discursiva do Brasil, contém elementos de um imaginário construído a partir dos relatos dos viajantes europeus, notadamente, portugueses e franceses, que por aqui passaram nos séculos XV e



XVI. Nessa perspectiva, o conjunto dessas representações produzidas a partir desses encontros, entre culturas, abaixo dos trópicos, ao evocarem o mito genealógico do Éden, em geral, se assentavam em ideologias, cuja ideia principal se funda numa relação linear entre cultura, prática e natureza, buscando legitimar a noção e caráter civilizatório dos povos colonizadores, a despeito das representações locais existentes.

Aliás, fenômeno semelhante parece se repetir durante o processo de construção da representação da região do Nordeste, apresentado por Albuquerque Júnior (2011), mais precisamente quando aponta na direção da sobreposição, noção ou caráter civilizatório dos sulistas, em detrimento dos aspectos culturais locais existentes, utilizadas pelos modernistas como falas, pressupostos ou mote, no sentido de desconstruir a representação imagético-discursiva, social e identitária do Nordeste, enquanto um espaço natural, ao mesmo tempo em que possibilita percebê-los na dimensão das práticas discursivas, que o recortam, classificam, definem, o incluem na história, excluindo da Cultura e da Civilização.

A utilização de práticas de natureza excludente no exercício das representações da região, apontadas por Albuquerque Júnior (2011), não foram inventadas recentemente, e sim, durante o processo de construção do que se instituiu chamar de território brasileiro, desde seus primórdios, permanecendo como prática, durante séculos, ao mesmo tempo em que se consolida no imaginário dos leitores. Do exotismo despertado nos primeiros encontros, passando pela representação mito-poética na descoberta do outro, como contraponto, as imagens do Brasil que ressurgem no início do século XX, não se referem majoritariamente à natureza local, ou às práticas culturais dos povos originários, e sim, a determinados aspectos culturais do *locus* urbano em expansão, notadamente, a partir das primeiras décadas do século XX. Dessa maneira, a hegemonia da cida-

de sobre o campo se constitui no discurso tradicionalista como parte integrante de uma tendência de suavização da vida, de desvirilização dos costumes, de horizontalização das hierarquias, de desnaturalização da existência e de introdução do artifício da sedução, apanágio feminino, em toda a sociedade, tornou superficial a vida na cidade e acentuou a crise da sociedade patriarcal.

Nesse contexto, a Chapada Diamantina despontava como uma região rica e opulenta, dominada pelo garimpo dos diamantes, e igualmente controlada pelos coronéis da região, os tais “homens valentes”, retratados no cordel de Antonio Alves da Silva (2005), através de batalhas sem fim, pelo controle do poder local, nas principais cidades da região, ao mesmo tempo em que rivalizam com a capital do estado, a cidade do Salvador.

Com efeito, após evidenciar algumas das questões envolvendo as representações culturais em caráter nacional, este artigo pretende igualmente fomentar discussões acerca de como o deslocamento da representação da região do Nordeste, notadamente a microrregião da Chapada Diamantina, guarda contato de proximidade com o *modus operandi* de representar as imagens do Brasil pelo viés de subjetividades que interferem, junto ao processo de construção de identidade local, a partir da negação, ou estigmatização sistemática do outro, em questão do líder local ou coronel, numa tentativa velada de acentuar ou atenuar o comportamento dos diferentes atores presentes nas representações literárias, pautadas, frequentemente, nos padrões de oposição: civilização x barbárie, centro x periferia, nordeste (norte) x sul, entre outros.

Literatura de cordel: do universo medieval ibérico à reconfiguração no Nordeste

As origens da literatura de cordel remetem ao período medieval europeu. Especialmente na Península Ibérica, essa forma de literatura se desenvolveu, mistu-



rando-se com a música. Desde a influência cristã, passando também pela influência árabe, que marcou sua presença na Península Ibérica por mais de oito séculos de ocupação, os artistas se faziam acompanhar de instrumentos musicais, o que colabora com a tese de que os cantadores brasileiros e a literatura de cordel têm suas raízes na tradição oral ibérica.

Além desses elementos de origem europeia (e ligados à civilização cristã), a cultura popular de Espanha e Portugal recebe ainda grande influência dos árabes, que durante oito séculos dominaram a Península Ibérica. Entre os seguidores do Islã existiam também poetas cantadores, os “medajs”, que se apresentavam em praça pública, cantando velhos contos de origem asiática (persas ou guerreiros). Nesses cantos, os “medajs” se faziam invariavelmente acompanhar de instrumentos musicais como adufes, castanholas, alaúdes e rabecas. Essas duas tradições de artistas populares – de um lado trovadores, jograis e menestrelis e, de outro, os “medajs” muçulmanos – fundiram-se na tradição da cultura portuguesa e podem ser considerados os ancestrais de uma arte popular hoje perpetuada por nossos violeiros repentistas e poetas populares. (ANDRADE *apud* ABREU; ALBANO, 2020, p. 156-157)

Entre meados do século XVI e início do XVII, a Literatura de cordel desembarca no Brasil trazida pelos colonizadores, como resultado de séculos de muitas influências, com temas ligados à religiosidade, ao sarcasmo, ao romantismo e com uma forte tendência de preservação cultural e aproximação aos grupos iletrados da sociedade (ABREU; ABRANO, 2020).

Foi no Nordeste brasileiro que essa literatura se adaptou melhor e produziu seus primeiros frutos. Datam do final do século XIX os primeiros folhetos escritos e publicados por poetas brasileiros. “Ao final do século XIX se inicia a produção de narrativas em verso com as características editoriais (*sic*) do folheto de cordel, adaptando para a narrativa em verso o repertório do romanceiro português” (MELO, 2019, p. 72-73). Destacam-se os poetas João Martins de Athayde, Leandro Gomes

de Barros, Francisco das Chagas Batista como os integrantes da primeira geração de autores da literatura de cordel.

Ainda assim, em que pese a distância histórica e temporal, o cordel sobrevive e ainda circula nos diversos meios de comunicação, principalmente os digitais, como a internet.

Indo pela vertente da transformação, a literatura de cordel evoluiu, passando da comunicação oral para a comunicação escrita, e atualmente modificou a forma de se comunicar com seus leitores, se desprendendo de seu suporte tradicional, o folheto, e indo para o mundo digital. (ASSIS; TENÓRIO; CALLEGARO, 2012, p. 9)

O cordel tornou-se assim, por excelência e tradição, a principal marca da produção poética da região que se convencionou chamar Nordeste. Temas, paisagens, fenômenos sociais ganham em seus versos a marca definidora da região. Falar em literatura de cordel é falar do Nordeste.

As representações no cordel: temáticas e identidade regional

A literatura (de cordel), como objeto de fruição estética, expressão de subjetividades e de visões e concepções acerca do mundo e da realidade também se constituiu como fonte de informação ao povo do sertão nordestino, funcionando inclusive como uma espécie de jornal. A sua linguagem, estrutura e musicalidade de fácil recepção contribuíram para que este gênero se popularizasse e se tornasse acessível ao povo.

Sendo um suporte de fácil manuseio e de baixo custo, era através dos folhetos que as camadas populares tinham contato com o noticiário. Por vezes os cordéis eram lidos coletivamente, propiciando a aproximação de indivíduos não alfabetizados com o mundo da leitura e da escrita. (MENEZES NETO *apud* ASSIS; TENÓRIO; CALLEGARO, 2012, p. 15)

E, como fonte de informação acessível ao grande público de baixa escolaridade e/ou iletrado, inúmeros foram os temas que o cordel trouxe em seus folhetos. A



diversidade temática é uma marca da literatura de cordel, desde a religiosidade, saúde, política, estórias do universo da oralidade, personagens históricos, valentia, o cangaço, até as representações do cotidiano, enfim, uma pluralidade de temas que reforçam seu aspecto de fonte de informação.

A construção de identidades é outra característica marcante nos folhetos. A partir do século XVIII, com a emergência de uma nova ordem social, ganha relevo a concepção de língua e de literatura como elementos importantes na constituição de identidades das nações modernas. No Brasil, após 1822, inicia-se os estudos sobre literatura e identidade nacional. Mas é no século XX que a poesia em versos veiculada num sistema editorial próprio ganha notoriedade e abrangência juntamente com o conceito de folclore que atrai muitos intelectuais brasileiros com estudos e trabalhos sobre a representação da alma brasileira nos textos de cordel (MELO, 2019).

Em artigo, Melo (2019) confronta conceitos sobre a literatura de cordel formulados por duas matrizes intelectuais, a dos estudos folclóricos e a das pesquisas acadêmicas. Desta última, ganha relevo os estudos das ciências sociais, principalmente a partir da década de 1960, de intelectuais e artistas marxistas.

“A perspectiva folclórica influenciou a produção dessas investigações, marcadas pela defesa da inclusão da poesia em versos – cantada e escrita – como tradição a ser conhecida e preservada (MELO, 2019, p. 74)”. Câmara Cascudo tem destaque entre os intelectuais que compreendia a cultura popular pelo viés folclórico. Para o estudioso, os conceitos estudados sobre a literatura de cordel estão “à serviço de um projeto de construção da identidade nacional baseado no conceito de tradição” (MELO, 2019, p. 76).

No início do século XX, coube aos modernistas o trabalho de coleta e catalogação de artefatos da cultura popular, dentre eles o cordel, que seriam a expressão

genuína da arte nacional. Mário de Andrade, um dos principais articuladores da Semana de Arte Moderna (1922), idealizou a Missão de Pesquisas Folclóricas com o intuito de documentar elementos da cultura popular.

No projeto intelectual da Missão de Pesquisas Folclóricas havia o desejo de registro da cultura popular numa dupla perspectiva: documentar as práticas culturais consideradas ameaçadas de extinção e fazer uso da estética popular como material para a criação de uma arte nacional. (MELO, 2019, p. 76)

Dado o exposto, a proposta deste artigo é contribuir para refletir acerca de como a representação literária da Chapa-da-Diamantina, representada no cordel, através da figura do natural habitante da região, o coronel, e seus jogos de poder, são percebidos e adaptados, a partir da percepção do outro, e como esse fato interfere ou não, no processo da construção dos discursos e representações.

Reflexões sobre a problemática das representações essencializadoras

A análise da representação discursiva do cabra valente, da figura do homem nordestino, descrito no cordel de Antonio Alves da Silva (2005), leva em conta os modos e as formas como essa imagem é projetada no discurso literário a partir dos valores, ideias, práticas, costumes e subjetividades, de quem normalmente tem o poder de nos definir. Dessa maneira, os descompassos entre “coisa representada” e a representação propriamente dita, para além dos dados, são relevantes, no sentido de proporcionar o entendimento que olhares pautados apenas em visões ideologizadas, não conseguem estabelecer representações que aproximem o que se representa do que é representado.

Ao desafiar a problemática da representação envolvendo questões epistemológicas, reverberadas historicamente, na perspectiva hegemônica, este texto busca produzir reflexões que possibilitem discutir como essas representações de natureza essencializadora se fazem presentes no



cordel. Para tanto, busca-se suporte nos processos cognitivos e culturais, cujo espaço privilegiado na pesquisa, proporcionará o reconhecimento da multiplicidade das expressões imagéticas e discursivas, na configuração das marcas, fronteiras e dos trânsitos que operam no reconhecimento do processo de alteridade. Nesse sentido, busca-se apresentar uma discussão que reflète acerca dessas representações regionais, e como eles atuam na configuração discursiva, a partir das seguintes problemáticas: Como a construção incessante de imagens culturais desconfiguradas do habitante local “nordestino”, ao produzir novos olhares, enviesados, suscita que tipos de reificações ou estranhamentos? Por fim, como contribuem ou interferem na construção de nossas identidades regionais?

Assim posto, retomamos a ideia defendida por Sousa (2004), ao apontar para as pesquisas multidisciplinares, como indispensáveis na retomada das questões de grande complexidade, no sentido de desvelar como os mecanismos se articulam e interagem entre si, enquanto não atingimos aquele ponto ideal entre os papéis do observador e daquele que é observado. Ou melhor, a sobreposição do mais forte sobre o mais fraco. Afinal, cada país, qualquer que seja seu formato (região, nação, comunidade imaginária, comunidade linguística, comunidade literária etc.), precisa aprender a ler-se, se deseja ter voz e/ou identidade.

A articulação do artigo com as obras do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior se dá em entendimento primeiro da literatura como linguagem artística, produtora, receptiva e comunicadora que aciona o compartilhamento de experiências, não só estéticas, mas também políticas, culturais e identitárias. A análise das representações inventadas da região nordestina, do seu natural habitante, “como valente e cabra macho” busca compreender o conteúdo e as modalidades das bases culturais e sociais que levaram ao surgimento da região no final da primeira década do século

XX, em substituição à antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, assim como, as manifestações de poder estabelecidas no local.

Uma vez estabelecidos alguns dos parâmetros norteadores, podemos observar que, desde os primórdios do processo de construção das representações discursivas, do que se convencionou chamar de terras brasileiras, no início do século XVI, fomos, frequentemente, definidos por aqueles que tem o poder de nos definir, de dizer quem somos nós, ou com o que parecemos, e isso é recorrente na história. Com a representação dos elementos culturais da região do Nordeste também não foi diferente. A produção de imagens culturais e identitárias do Brasil que emergem das influências assimiladas, desde os tempos da colonização portuguesa, associadas à profusão de relatos dos viajantes europeus, notadamente, franceses, arraigados na antiguidade, deixaram marcas que o tempo parece não corroer. De maneira que a produção de um imaginário, desfocado da realidade e atrelado à fantasia medieval, parece ainda, de alguma forma, orientar a produção dessas narrativas, reverberadas no século XXI. Segundo Carvalhal (2004), esse processo de jogo de espelhos em que as imagens do Brasil são manipuladas ressaltam nada menos que:

[...] a tentativa de explicar o Brasil, de lhe dar uma imagem, é um processo complicado: começa no tempo da descoberta e da colonização, quando a imagem do país e do continente é constituída por europeus conquistadores e colonizadores que, vinda da Europa, a tornam conhecida por lá, passando esta imagem européia de geração em geração. (...) A imagem arquetípica do Brasil, vinda da Europa, reafirmada no Brasil, volta para Europa, (...) fechando um ciclo vicioso. (CARVALHAL, 2004, p. 12)

A propósito, a presença do Brasil no imaginário francês, segundo Rivas (2006), poderia periodizar-se de 1880 até nossos dias, em dois momentos: Um primeiro eixo ideológico, até 1920, que reduz a presença



brasileira a uma imagem longínqua, mas idêntica à da França. E um segundo eixo, a partir de 1930, quando o Brasil passa a ser descrito em contraponto da França. Passa-se, assim, da redução ideológica (o Brasil como reprodução da França) à elaboração mítica de um Brasil como complemento da França, como contrapartida da incompletude francesa. Essa guinada epistemológica provoca uma mudança qualitativa na condição da alteridade Brasileira, reduzida até aqui ao exotismo. Como consequência, a imagem cultural do Brasil, passa de descentrada, para tornar-se matéria literária e elaboração estética de uma França, que fechada em seu provincianismo, vai projetar suas nostalgias, seus sonhos, suas buscas.

Ressalte-se ainda que à representação do Nordeste brasileiro, enquanto espaço sociopolítico ou imagético-discursivo, não existia até meados de 1910, ou simplesmente não estava assim delineado. O espaço geográfico que viria a se tornar também uma realidade regional sociopolítica independente, anos mais tarde encontrava-se ainda associado a região Norte, cuja parcela significativa dos seus habitantes viria a responder pela designação de “nordestinos” não eram nem percebidos como gente de baixa estatura, ou cabeça achatada. Aliás, simplesmente, não existiam, não lhes eram atribuídas designações particulares de qualquer natureza e, portanto, não estavam ainda caracterizados, atribuídos ou conhecidos, através da alcunha “nordestina”.

A emergência das representações discursivas de um Nordeste inventado, que o professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior quer evidenciar em suas obras, vem na esteira da obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2007), de E. Said, cuja base teórica para o debate se apresenta em torno dos conceitos de poder, discurso ou hegemonia, ao definir a relação entre o Ocidente e o Oriente como uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa, em contraponto a uma visão do

Oriente como uma região geograficamente imaginada, construída a partir de concepções religiosas, morais e econômicas divergentes e imutáveis. Conceitos estes utilizados como sustentação epistemológica por Albuquerque Júnior (2011) para discutir a complexidade da região nordestina, enquanto espaço sociopolítico, repleto de contrastes, violência e miséria, que segundo o autor, nasce a partir da reelaboração de imagens que construíram o antigo Norte, a partir de um novo discurso, resultante de uma série de práticas regionalistas, possibilitadas pela crise do paradigma naturalista. Ou melhor, pelos padrões de sociabilidade que possibilitaram a emergência de um novo olhar, em relação ao espaço e, sobretudo, através de uma nova sensibilidade social em relação à nação – que trouxe consigo a necessidade de repensar a identidade, a raça, o caráter e a cultura nacionais como capazes de incorporar os diferentes espaços do país.

Com efeito, o *locus* nordestino evocado pelo autor, refere-se, igualmente, a um espaço social e afetivo, que ao longo de muitas décadas, foi forjado por diferentes discursos lhe atribuíram determinadas características físicas, e o investiram de inúmeros atributos morais, culturais, simbólicos e sexuais. Afinal, para Albuquerque Júnior (2011), falar do Nordeste é mencionar o clima quente, a sexualidade do “Brasil tropical”, das mulatas e negras sensuais, que muitos estrangeiros admiram; é referir-se à festa do carnaval, e lembrar-se de uma “terra radiosa habitada por um povo triste”, conforme define Paulo Prado em *Retrato do Brasil* (2002); é falar de gente preguiçosa, promíscua, mole, improdutiva e violenta. Em outras palavras, é inventariar estereótipos e mitos que emergiram com o próprio espaço físico reconhecido no mapa, composto por alguns estados e cidades.

Dessa maneira, Albuquerque Júnior (2011) constrói seu texto a partir dos conceitos de desconstrução/subjetivação foucaultiana dos discursos existentes sobre a região, como premência de uma nova



realidade. Entretanto, no que tange ao processo de construção de poder estabelecido na região, e representado no cordel de Antonio Alves da Silva (2005), o que se percebe é o estabelecimento de liames com a noção de poder evidenciado por Foucault (2002). Ou seja, o poder pensado como relação, pois ele raramente usa a palavra poder, mas a expressão – relações de poder – e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda. O poder pensado como relações de poder traz a ideia de força. Dessa forma, seguindo uma perspectiva arqueológica e genealógica, o autor descreve inúmeras de suas histórias da região, estigmas, imagens que atuaram na instituição de sua história. Define sua identidade, seus discursos ou impõe seu atraso, como supostamente naturais e resultantes de difíceis condições geográficas e climáticas, dos efeitos da miscigenação de raças, da herança biológica dos antepassados, do predomínio dos negros sobre os brancos, de uma natureza irrecuperável, perdida para sempre. Mostra ainda como no mesmo movimento, recortaram-no e designaram-no, na maior parte das vezes negativa e pejorativamente, “como lugar de atraso, do rural, e do passado persistente, valorizando em contrapartida o Sudeste e o Sul, agilizados com espaços de progressos, da razão e do futuro. Nesse sentido, opera a destruição da ideia de Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p 35). Ou ainda, como eles se “nordestinizam”, ao mesmo tempo em que são “nordestinizados”, instalando-se na dicotomia binária que opõe Nordeste e Sudeste, improdutivos e trabalhadores, rural e urbano, atraso e progresso, pobreza e riqueza.

Enfim, a análise proposta apresentada pelo autor Albuquerque Júnior denuncia as relações de força que atravessam os discursos instituintes da ideia de Nordeste enquanto um espaço natural; desnuda as práticas discursivas, que o recortam, classificam, definem, o incluem na história, simultaneamente excluindo da Cultura e da Civilização.

A representação da Chapada Diamantina como espaço de contenda: o cordel como produtor de realidade

Para o geógrafo Milton Santos (2004), o espaço é criado pela utilização do território pelo povo. Sua essência é social.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. (SANTOS, 2014, p. 12)

Essa definição é corroborada com o que nos apresenta Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011). Segundo o autor, o espaço não preexiste a sua sociedade que o encarna. O espaço não é, por assim dizer, algo natural, mas, uma construção ou, nas palavras do autor, uma invenção a partir de fragmentos, que são os recortes que permanecem ou mudam de identidade.

Além do conceito de espaço ora apresentado, outro conceito trazido por Albuquerque Júnior (2011) é fundamental para se discutir a representação da Chapada Diamantina como espaço de contenda – o de região. Para ele, a noção de região, antes de um sentido geográfico nos remete a um conceito fiscal, administrativo e militar. A Chapada Diamantina – o conceito de região será utilizado para abarcar o conceito de espaço, conforme definição de Santos (2014) e Albuquerque Júnior (2011) – em que na sua base de constituição prevaleceram as lutas e disputas pelo controle do território por chefes locais, que guardavam em si poderes militares, administrativos e igualmente judiciais é o objeto de investigação do presente trabalho. O termo região é o mais apropriado para se referir a um espaço recriado ficcionalmente no cordel *Horácio de Matos, herói da Chapada Diamantina*, de Antonio Alves da Silva (2005).



A produção ficcional acima citada conta a história do lendário coronel Horácio de Matos, célebre por empreender e se envolver em episódios abarcando disputas entre os chefes locais da região onde ele se notabilizou: a Chapada Diamantina. Região conhecida por suas belezas naturais, mas, sobretudo, por sua importância que teve no cenário geopolítico baiano nos princípios da Primeira República.

No cordel em questão, cujas preocupações estéticas gravitam em torno da construção da figura imponente de um líder, senão o mais importante – Horácio de Matos –, destaca-se, como pano de fundo, as contendas entre os coronéis e chefes locais.

Já na primeira estrofe, a apresentação de Horácio de Matos denota a bravura, a valentia do temido e respeitado “herói”, já evidenciado no título.

*Quando Irecê era vila,
Com lutas e assassinatos,
Havia um homem valente
De nome Horácio de Matos.
Entre guerras e furdunços
Comandava seus jagunços,
Com fôlego de sete gatos.
(SILVA, 2005, p. 2)*

Além desse caráter bélico, outro elemento da região é exposto, a herança do ódio e as disputas entre os clãs. Os versos do cordel fazem questão de destacar essa marca, uma naturalização da guerra como componente do caráter de um povo.

*Os seus pais se odiavam,
Fosse no Sul ou no Norte,
Mas nunca haviam lutado
Para decidir a sorte;
E quando velhos ficaram
Não se reconciliaram
Nem no extremo da morte!
(SILVA, 2005, p. 3)*

Os versos acima referem-se à disputa entre o pai do coronel Horácio de Matos e o de Militão Coelho, este chefe de Barra do Mendes, cuja querela é narrada no cordel.

O coronel guardava sob sua égide, além do poder ilimitado sobre suas propriedades e a tudo que a elas se relacionavam, o poder de justiça. Sob seus do-

mínios, a venda sobre os olhos e a espada eram instrumentos nulos.

O processo para se fazer um jagunço era, e ainda é, muito simples. Um indivíduo cometia um crime leve; o chefe fazia um bilhete ao delegado de Polícia para reter os autos e o criminoso passava a residir na fazenda do patrão, na vila ou povoado onde o patrão residia. Se o crime era pesado, o patrão dava-lhe assistência, mandando um rábula qualquer fazer-lhe a defesa. Assim, e em sucessivas oportunidades, ia o chefe cercado-se de leais e garantidos amigos. (QUEIROZ, 1998, p. 7)

A definição acima fica ainda mais evidenciada com os versos de Silva (2005). Eles corroboram para a representação da imagem de chefe supremo, cujas vontades são imperiosas e não aceitam embargo.

*Em certo dia um rapaz –
Numa briga sem razão –
Dos jagunços de Horácio
Bateu num de Militão
E foi preso, no momento,
Recebendo espancamento
Antes de ir para a prisão.
Mas logo Horácio de Matos,
Na tarde do mesmo dia,
Ao saber desse ocorrido,
Partiu pra delegacia
Com uma tropa capaz
Para soltar o rapaz,
Todo cheio de ironia.
(SILVA, 2005, p. 4)*

Nos versos anteriores, chama a atenção a utilização da palavra “ironia” presente no final da estrofe. Muito mais do que garantir o esquema de rimas – x a x a b b a – tem um papel semântico fundamental e central para justificar o poder de polícia exercido pelos chefes locais. Seria inaceitável, daí se dirigir à delegacia com ironia, um coronel, representado como herói e mais importante líder de uma região, aceitar passivamente a prisão de um subalterno seu.

As disputas entre as oligarquias oferecem o adubo para o pensamento que naturaliza a violência como forma de se vencer as contendas. Na Chapada Diamantina, a violência desmedida tem um lugar reconhecido e vangloriado. Esse dispositivo é, na origem da região como espaço de lutas, condição *sine qua non* para entender



a dinâmica da política e para a solução de conflitos.

*Foi uma luta terrível
Com muitas perdas de vidas.
Se enchem de cadáveres
As Praças e Avenidas.
Mais de cem pessoas mortas,
E duzentas pelas portas
Gemiam no chão, feridas
[...]
Uniam-se aos chefes políticos,
Gente cruel, assassina,
Vinda de Pilão Arcado,
Xique-Xique e Jacobina –
Toda espécie de furdunço
Era feita por jagunço
Na Chapada Diamantina.
(SILVA, 2005, p. 4)*

As disputas entre oligarquias, tendo a honra e a vingança como estandartes, eram o eixo da vida política e social da região. No cordel, a representação da figura de Horácio de Matos é emblemática para reforçar a imagem do soberano como chefe regional maior.

*Não aceitando a derrota,
Depois, Horácio de Matos
Organizou os seus homens,
Ocultos, sem aparatos,
Pois ele tinha esperança
De fazer sua vingança,
Rechaçando os desacatos
[...]
Horácio ainda apelou
Para a justiça da terra,
Como não foi atendido,
Ele, então, declarou guerra
Contra o povo de Fabrício,
Dizendo: – No sacrifício;
O bom cabrito não berra!
Daquela data em diante
Na Chapada Diamantina
Se ouvia o matraquear
Intenso da carabina.
E os tais bocas vermelhas
Morriam que só ovelhas
Em grande carnificina.
(SILVA, 2005, p. 8-9)*

Como herói, o imaginário criado em torno de Horácio de Matos é mítico. Magia e encantamento envolvem a aura do coronel. Não é difícil encontrar narrativas que atestam o mito do corpo fechado como uma propriedade mágica do maior chefe da Chapada Diamantina. Em “Jagunços e Heróis” (1997), de Walfrido Moraes, uma

das principais biografias sobre Horácio de Matos, o contexto da preparação do assassinato do chefe da Chapada é apresentado conforme no excerto abaixo. O autor revela a utilização recorrente de práticas mágicas como forma de quebrar o encantamento do coronel e assim atingi-lo mortalmente. Ou seja, somente a mobilização de poderes sobrenaturais seriam capazes de anular as forças do coronel Horácio.

O guarda-civil n.º 97, Vicente Dias dos Santos, empreitado por Manuel Dias Machado, funcionário aposentado do Senado baiano e tio da viúva daquele Major João da Mota Coelho, tombado em combate às portas de Lençóis em 1925, e por outros adversários do caudilho, recebe quinhentos mil réis e um revólver Taurus 38, para a empreitada sinistra em plena Capital. A lenda de que Horácio tem o corpo fechado faz o policial tremer de medo e tomar as necessárias precauções. Leva, então, as balas que deverão ser usadas num candomblé do Retiro e as entrega a uma “mãe de santo” que as cura, passando em cruz, na vagina, durante dias, único meio de se quebrar qualquer encanto. (MORAES, 1997, p. 178)

No cordel em questão, esse aspecto mágico também está presente. O comando de chefe supremo, logo espaço privilegiado, lhe garante o culto de líder mitificado, isso faz jus ao posto de direção que ocupa e só realça as narrativas fantásticas sobre si.

*Ela contratou uma guarda
Pra matá-lo à traição,
Achando que ele tinha
O corpo fechado, e então
Dizia: – o Horácio de Matos
Tem vida de sete gatos
E é afilhado do Cão!
Ela lhe entregou a arma
Dizendo: – Não perca um tiro,
Vá enfeitiçar as balas
Num candomblé de retiro –
Matá-lo não vai ser fácil,
Mas eu quero ver Horácio
Dando o último suspiro!
No retiro, a macumbeira
Pôs as balas na vagina,
Falou três palavras mágicas
Do raio da silibrina
E quando tirou pra fora
Ninguém suportou na hora
O bafo da fedentina!
(SILVA, 2005, p. 15-16)*



O fim da Primeira República e a morte de Horácio findaram o coronelismo e todas as suas consequências que configuram a Chapada Diamantina como lugar das disputas, da violência e da naturalização das contendas da região de coronéis?

O autor do cordel faz questão de ressaltar que a conformação da Chapada Diamantina como espaço de embates em tornos de facções políticas não se perdeu num passado glorioso, ele permanece como prática social significativa do povo da região. Os versos abaixo ilustram bem essa perspectiva assumida por Silva:

*Na Chapada Diamantina
Não há mais guerra nem fome:
Os políticos se entendem,
Cada um honra seu nome,
Há paz em todo o sertão,
Mas no tempo de eleição
Novamente o couro come!*
(SILVA, 2005, p. 17)

Considerações finais

O conceito de Nordeste nasce do “cruzamento de uma série de práticas regionalizantes, motivadas pelas condições particulares com que se defronta as províncias do norte, do Brasil, após independência” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 341). Essas práticas começam a se cruzarem com uma série de discursos, sejam políticos ou culturais que sedimentam a ideia de uma região nordeste, que deixa de ser simplesmente uma área seca do Norte, para se tornar uma identidade racial, econômica, social e cultural à parte. O que, de alguma forma, nos remete a pensar no processo de desconfiguração dos elementos culturais e identitários, no discurso literário sofridos pelo Brasil, desde seus primórdios, a partir da manutenção dos discursos hegemônicos praticados por aqueles que habitualmente nos define, ou melhor, que seguem nos reificando no século XXI. Pois, para o autor, “o Nordeste, assim como o Brasil, não são recortes naturais, políticos ou econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagéticos-discursivas, constelações de sentidos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 343).

Com intuito de contrapor o pensamento cultural e político hegemônico em torno da construção do Nordeste, é que se insurge a obra de Albuquerque Júnior (2011), ao retratar a história cultural do Nordeste, buscando desfazer noções essencialistas que instauram a região nordestina, como uma região homogênea, no campo fixo e irrecuperável da natureza e que a localizam hierarquicamente em relação ao Sudeste e ao Sul do país, ao denunciar múltiplas e sofisticadas formas de exclusão social cultural e identitária. De maneira que a construção imagética projetada sobre a região do Nordeste, segundo o autor, “nasce da mudança da relação entre olhar espaço, da desnaturalização deste, passando não mais a ser pensado como recorte natural ou étnico, mas como um recorte sociocultural” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 342). E vai além ao apontar a maneira como essa representação produz seus efeitos:

Os estereótipos para a região Nordeste são operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade de imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas clichês, que são repetidas *ad nauseum*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, pelos próprios habitantes, de outras áreas do país e da própria região. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 343)

Segundo Albuquerque Júnior (2011, p. 352), “se o Nordeste foi inventado para ser este espaço de barragem da mudança, da modernidade, é preciso destruí-lo para poder dar lugar a novas espacialidades de poder e de saber”. Por isso, é preciso recriá-lo diferentemente, livre das pesadas heranças do passado, sem estigmas e sem preconceitos, pois, pensar a região do Nordeste como uma entidade, é perpetuar uma identidade forjada por uma dada dominação. E, por fim, o autor convoca seus leitores a pensar, sim, a região como uma “construção histórica em que se cruzam diversas temporalidades e espacialidades, cujos elementos culturais, desde eruditos a populares, foram domados por meio das categorias da identidade, como: memória, caráter,



alma, espírito, essência” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 347).

O Nordeste que Albuquerque Júnior chama à atenção em sua obra, não é o Nordeste tal como ele é, mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado, cuja ideia principal, se fundamenta na constituição de um espaço da negação, em contraponto ao Sul maravilha que se construía em alteridade e paralelo. É como se ao longo do tempo tivesse ocorrido um constante e profundo afastamento das regiões Nordeste e Sul, constituídas por diversos olhares, interpretações e sentidos. Assim, ao se pensar na construção discursivo-imagética do Nordeste, esses mesmos parâmetros nos servem para repensar a criação de mitos e imaginários sobre a Chapada Diamantina, sobretudo sobre as representações que dela se fazem. Sem sombra de dúvidas, tanto as narrativas historiográficas quanto as memorialísticas atestam a formação da Chapada Diamantina sob a égide do poder patriarcal exercido pelos coronéis. Quanto a esse espectro não há o que se discutir. O que o presente artigo problematiza é a veiculação e a conformação de discursos, como o presente no cordel em estudo, que naturalizam a violência como constitutivo do caráter microrregional, atribuindo a esse dispositivo uma insígnia do seu povo e uma reificação de uma pretensa cultura belicosa, marcada na atualidade pelas disputas em períodos eleitorais. Mais do que definir elementos da identidade regional, essa concepção força a uma aceitação de uma verdade naturalizada, tradicional, hereditária.

Referências

ABREU, Valtênir Soares de; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. Identidade e região em “Quadras ao roraimeira”. *Revista Entreletras* (Araguaína), v. 11, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php>. Acesso em: 30 out. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino* (Nordeste 1920/1940), Maceió: Edições Catavento, 2013.

ASSIS, Regiane Alves de; TENÓRIO, Carolina Martins; CALLEGARO, Tânia. Literatura de cordel como fonte de informação. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 3-21, jan. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php>. Acesso em: 30 out. 2021.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Editora Difel, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

MELO, Rosilene Alves de. Literatura de cordel: conceitos, intelectuais, arquivos. *Diálogos com a história: estudos interdisciplinares*, São Paulo, v. 65, mai/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br>. Acesso em: 30 out. 2021.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis*. 5. ed. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia / Assembleia Legislativa, 1997.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Interpretes do Brasil / coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ª edição, 2002.

QUEIROZ, Claudionor de Oliveira. *O sertão que eu conheci*. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998.

RIVAS, Pierre. *O Brasil no imaginário Francês: tentações ideológicas e recorrência mítica* (1880-1980). São Paulo: Ed. Nova Ltda, 2006.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.



SILVA, Antonio Alves. *Horácio de Matos, herói da Chapada Diamantina*. São Paulo: Editora Luzeiro, 2005.

SOUSA, Celeste H. M. Ribeiro de. *Do cá e do lá: introdução à imagologia*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

-----//-----

Abstract: This article, developed from bibliographic research, presents an overview of the historical and cultural bases of Cordel (regional literature), as well as its arrival and establishment in Brazilian lands, from the Northeast region. It argues the Cordel Horácio de Matos, hero of Chapada Diamantina, by Antonio Alves da Silva (2005), relating the work to theoretical assumptions of the representation of the region and the northeastern people, present in the works of Professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, from the perspective of Foucauldian analysis to think about power, its relations, representations, and regional discourses, as constitutive of essentialized identities, established by hegemonic social groups. And, finally, it compares the construction of the image of Colonel Horácio de Matos with the one that forged an identity of the Northeast of Brazil as a place of backwardness, in opposition to the developed South.

Keywords: Northeast of Brazil; Northeast people; Regional literature; Power; Speeches; Representations.

Recebido em: 04 de novembro de 2021.

Aceito em: 28 de novembro de 2021.